
Educação superior e desenvolvimento no Estado de São Paulo

Paolo Nosella

UFSCar/PPGE-Uninove.
São Paulo – SP [Brasil]
nosellap@terra.com.br

Ester Buffa

Ufscar/PPGE-Uninove.
São Carlos –SP [Brasil]
ester@uninove.br

O objetivo deste trabalho é o estudo das relações entre desenvolvimento econômico-social e crescimento da educação superior paulista. A tese principal é a de que o Estado de São Paulo, devido a seu desenvolvimento econômico específico, imprimiu características próprias ao ensino superior. A primeira delas é a autonomia em relação ao poder central (*non ducor, duco*). A segunda é a forte relação com o desenvolvimento econômico e tecnológico. A terceira, que soa como uma crítica, é o desinteresse (isto é, tolerância politicamente interesseira) com que o Estado tratou as instituições de ensino superior particulares com fins lucrativos, sobretudo a partir dos anos 1990. Este desinteresse acentuou a dicotomia entre instituições universitárias de elevado padrão acadêmico, com grande tradição em pesquisa, e instituições de precário nível acadêmico voltadas exclusivamente para o ensino. Com algumas exceções, essa dicotomia coincide com a distinção administrativa entre público e privado. Tal coincidência, porém, não é natural, é histórica. Sem afrontar a Constituição, deveria o Estado de São Paulo deveria preocupar-se (isto é, ser mais rigoroso academicamente) com as instituições particulares de todo o seu território, criando um patamar unitário de qualidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Estado de São Paulo. História. Universidade.

1 A relevância do objeto de pesquisa

O objetivo deste trabalho é o estudo das relações entre desenvolvimento econômico-social e crescimento do ensino superior paulista. O Estado de São Paulo possui uma rede escolar em todos os níveis, pública e privada, de proporções gigantescas. Em termos de ensino superior, o Estado conta, atualmente, com 546 instituições. Desde a criação de sua primeira universidade, imprimiu características próprias a seu sistema de ensino superior que, reconhecidamente importantes, diluíram-se, sobretudo a partir dos anos 1990, pela caótica expansão das instituições particulares de ensino superior com fins lucrativos que, na última década, surgiram em maior quantidade do que nas duas anteriores juntas.

A relevância desse tema pode ser percebida até mesmo pelo atual impacto do assunto nos meios de comunicação e na literatura especializada. Estamos convencidos de que algo de novo, positivo, mas também perigoso, está ocorrendo no Brasil: o ensino superior está perdendo seu caráter seletivo, tornando-se uma continuação do ensino médio, pois se multiplicam as escolas superiores e todos querem seus diplomas. Todavia, persiste reforçada uma hierarquia entre as instituições de ensino superior, preservando-se, assim, o caráter seletivo de algumas escolas e cursos, e o caráter massificado de outros.

2 Referências teóricas e metodológicas

Por desenvolvimento, entendemos crescimento e mudança, tanto no nível econômico

quanto no social e cultural, ou seja, não só “[...] a multiplicação quantitativa de unidades materiais e institucionais já existentes, mas também a exigência de unidades qualitativamente diferentes.” (PASTORE, 1971, p. 1).

Nestes últimos anos, o tema do desenvolvimento foi marginalizado no espaço acadêmico. Discordamos dessa marginalização causada, de um lado, pelo endeuamento do mercado e, de outro, pelo fundamentalismo ecológico. Justamente porque fomos vítimas de um mau desenvolvimento, a reflexão sobre uma nova perspectiva desenvolvimentista sustentável torna-se necessária. Nesse contexto, este trabalho caminha a contrapelo de certo modismo acadêmico. E nisso não estamos sozinhos: José Eli da Veiga, no seu livro sobre o desenvolvimento sustentável (2005), traz à luz, de forma instigante, o debate a respeito desse tema.

Foram realizados muitos estudos sobre o impacto da educação no processo de desenvolvimento e vice-versa. Os economistas, principalmente, esforçaram-se para demonstrar que a educação não é um simples bem de consumo, mas um investimento socioeconômico. Tais estudos passaram a ser lembrados como propositores da teoria do capital humano que, hoje, é por todos considerada superada, em razão de seu caráter bastante restritivo. Entretanto, ampliando as perspectivas teóricas, a relação entre ensino superior e desenvolvimento ganha novos sentidos, e pode orientar novas políticas de ensino. Nos anos de intensa industrialização, por exemplo, o impacto provocado por uma escola superior no desenvolvimento da região podia ser facilmente avaliado pela contribuição que os profissionais formados por essa escola davam à modernização da sociedade em termos infra e supra-estruturais; entretanto, no momento atual, quando a produção material – e até mesmo

a intelectual – é cada vez mais realizada pelas máquinas e pela tecnologia, como avaliar a nova relação entre ensino superior e desenvolvimento econômico-social? Qual o perfil do profissional que o futuro próximo exigirá? Nesta sociedade pós-industrial, que ainda conserva formas arcaicas de produção, qual a formação (currículo) a ser dada a esse profissional?

Outra importante definição conceitual que precisamos esclarecer refere-se à relação específica das instituições de educação superior com sua base prática, econômica e política. O fato de a escola pertencer à esfera tradicionalmente denominada de superestrutura pode dar a ilusão de que ela paira acima do mundo dos interesses práticos, político-econômicos, isto é, que tem vida própria, autônoma, dependendo apenas do tradicional estatuto pedagógico das universidades medievais e modernas.

As duas coisas são verdadeiras: as instituições de educação superior não gozam de independência do mundo dos interesses (do mercado e da política); no entanto, sua eficiência prática efetua-se, exatamente, por sua vinculação com a tradição cultural, conservando sua autonomia e isenção científica.

Foi o que Antonio Gramsci disse, na longa nota inicial do *Caderno do cárcere* n. 12, sobre os intelectuais e as instituições educativas:

O problema dos intelectuais é complexo por causa das várias formas que assumiu, até agora, o processo histórico real de formação das diversas categorias de intelectuais. As mais importantes dessas formas são duas: 1) [o orgânico] Todo grupo social, nascendo do terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo,

organicamente, uma ou duas camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político [...]. 2) [o tradicional] Todo grupo social ‘essencial’, contudo, emerge na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento dessa estrutura; [...] a mais típica dessas categorias de intelectuais é a dos eclesiásticos que monopolizaram durante muito tempo alguns serviços importantes como a ideologia religiosa, isto é, a filosofia e a ciência da época, por meio da escola, da instrução da moral, da justiça, da beneficência, da assistência etc. [...] Mas, o monopólio das superestruturas por parte dos eclesiásticos não foi exercido sem luta e de forma ilimitada; por isso, nasceram, sob várias formas, outras categorias, favorecidas e ampliadas pelo poder central do monarca, até o absolutismo. Assim, foi se formando a aristocracia togada, com seus próprios privilégios, bem como uma camada de administradores como os cientistas, teóricos, filósofos não eclesiásticos etc. (GRAMSCI, 2000, p. 15-17).

Por esses parágrafos, é possível concluir que, para o autor italiano, a instituição universitária atual é tradicional e nasceu, como estrutura orgânica, no século XI, criada pelas comunas européias, a partir do modelo das altas escolas eclesiásticas, para atender a interesses econômicos e políticos da época. Tal instituição perdura até hoje porque atende também a interesses da sociedade contemporânea, sem deixar

de ser, entretanto, expressão de uma continuidade histórica, isto é, da tradição universitária. Portanto, as escolas de ensino superior constituem uma categoria de instituições tradicionais, aparentemente autônomas e independentes dos interesses econômicos-políticos, embora, para além das aparências, estejam sempre ligadas a algum tipo de interesse ideológico e material das classes sociais.

A expressão “aparentemente autônomas e independentes” pode ser “erroneamente” entendida num sentido conspiratório ou ingênuo. Não é esse o sentido que Gramsci dá à expressão. Disse ele: “[...] esta posição (de autonomia e independência) em que os grupos sociais se colocam, não deixa de ter conseqüências de grande importância no campo ideológico e político.” (GRAMSCI, 2000, p. 17). Em suma, para Gramsci, a fidelidade de uma instituição à sua tradição é a forma política essencial para atender aos interesses práticos da sociedade atual.

Explicada a relação da instituição universitária com a infra-estrutura e sua relação com o presente e o passado, ainda cabe perguntar qual o verdadeiro sentido da crise atual da instituição universitária, pois existe uma evolução, até certo ponto natural, das atividades práticas e das respectivas escolas que formam os especialistas necessários para abastecer o mercado. O fato é que, tanto umas quanto as outras não são decorrentes de um projeto de desenvolvimento justo e equilibrado. Ao contrário, surgem de forma espontânea, caótica, atendendo a interesses econômicos minoritários, ou seja, a maneira como se deu essa evolução é que gerou a crise:

Pode-se observar, em geral, que na civilização moderna, todas as atividades práticas se tornaram tão complexas, e as ciências se mesclaram de

tal modo à vida, que cada atividade prática tende a criar uma escola para os próprios dirigentes e especialistas [...] A crise escolar que hoje se difunde liga-se precisamente ao fato de que este processo de diferenciação e particularização ocorre de modo caótico, sem princípios claros e precisos, sem um plano bem estudado e conscientemente estabelecido: a crise do programa e da organização escolar, isto é, da orientação geral de uma política de formação dos modernos intelectuais, é em grande parte um aspecto e uma complexificação da crise orgânica mais ampla e geral [...] (GRAMSCI, 2000, p. 32-33).

Pensamos, com preocupação, no fenômeno da assustadora expansão de instituições de ensino superior que ocorreu no Brasil, especialmente no Estado de São Paulo. A expansão é necessária, porém deve responder a um projeto preciso de bem-estar social para todos. Infelizmente, o que se vê é o brotar de instituições privadas como cogumelos depois da chuva, ao sabor dos dividendos que podem ser auferidos por políticos e empresários.

3 O desenvolvimento econômico

Os historiadores da economia costumam situar na década de 1920 o desencadeamento de um amplo processo de modernização da economia paulista, resultante do desenvolvimento da economia cafeeira e advindo de dois movimentos novos: a diversificação agrícola mercantil e a implantação de setores da indústria.

Sintetizando, se a atividade urbana, que caracterizava o interior do Estado, nessa época,

Consistia, de um lado, numa atividade produtiva urbana nascente, de beneficiamento e transformação de produtos agrícolas como algodão, açúcar, arroz, carne etc, uma pequena indústria alimentar de apoio à concentração populacional urbana como pão, farinha, queijo, sorvete, aguardente, matadouros etc e uma pequena indústria de apoio à construção civil como serrarias, serralherias, marcenarias etc., do outro lado, a atividade urbana consistia em serviços de apoio à produção agrícola, especialmente ao pequeno produtor, como bancos, cooperativas, postos de gasolina, armazéns para venda de sementes e instrumentos de trabalho, oficinas de reparação etc. Ao lado disso, encontravam-se o corpo da administração pública e segurança e os serviços urbanos ligados ao ensino e à saúde, nas mãos de particulares e de religiosos até que a administração pública fosse capaz de assumi-los. De modo geral, o comércio era um dos núcleos básicos da atividade urbana, variando a sua diversidade conforme a importância da cidade. Em alguns núcleos urbanos – poucos – as oficinas de reparação e construção de locomotivas ou vagões, de propriedade de empresas de estradas de ferro, constituíam núcleos pesados de trabalho industrial.(SEADE, 1989, p. 16).

Se nos anos 1920 foram criadas as bases em que se assentou o processo de industrializa-

ção paulista, no período seguinte (1930-1955), ocorreram significativas transformações na estrutura produtiva do Estado. Com a crise do café (que, no entanto, nos anos 1940, voltaria a ser o principal produto de exportação), outras culturas agrícolas, impulsionadas pela modernização da produção, tais como o algodão e a cana-de-açúcar, foram implementadas, passando a ser o Estado seu maior produtor nacional.

A indústria ampliou-se, modernizou-se e desenvolveu-se, constituindo um parque diversificado em que os ramos tradicionais foram perdendo peso relativo. Nesse período, a urbanização acentuou-se, seja pelo crescimento industrial da região metropolitana da capital (a indústria paulista representava, então, 52% do total nacional), seja pela modernização agrícola, liberando trabalhadores vinculados ao campo que, assim, se dirigiram às cidades e às frentes pioneiras como o norte do Paraná (SEADE, 1989).

O período que se inicia em 1956 mostra uma mudança no crescimento do interior e da capital. O chamado primeiro ciclo da industrialização pesada (1956-1962), resultado do maciço investimento industrial na Grande São Paulo, principalmente em Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul (ABC), reforçou a concentração, na metrópole, da população, da indústria e dos serviços que se ampliaram a partir dessas demandas. Em 1970, a concentração da população economicamente ativa (PEA) no setor secundário da região metropolitana atingiu o auge – 64,7% da PEA estadual nesse setor. O segundo ciclo da industrialização pesada (1968-1973) ocasionou o crescimento e a modernização do interior, provocando uma desconcentração relativa da população e da atividade urbana tanto no setor secundário quanto no terciário. De 1960 a 1980,

houve uma explosão no crescimento urbano do Estado, que se caracterizou pelo aprofundamento da modernização do campo (processos de tecnificação e quimificação da agricultura) e a conseqüente expulsão da população rural e pelo crescimento das cidades médias e da metrópole.

Entre 1960 e 1980, o setor terciário da economia diversificou-se, de forma extraordinária, dando origem a uma numerosa classe média originada também do setor secundário. A forma de vida na metrópole mudou radicalmente e essa mudança atingiu também o interior:

A expansão do sistema bancário, das grandes cadeias de lojas, das lanchonetes, dos 'shoppings-centers' etc são visíveis por toda a rede urbana, instituindo-se novos hábitos de consumo possibilitados pela industrialização e disseminados pelos meios de comunicação. Isto tanto se aplica tanto aos 'hamburguers', aos 'jeans' e aos iogurtes como aos automóveis, tratores e fertilizantes. A rede de distribuição, armazenagem e comercialização dos inúmeros produtos da pauta da indústria nacional se mistura à rede urbana paulista, assim como toda a rede de serviços financeiros que dá suporte tanto aos produtores quanto aos consumidores. (SEADE, 1989, p. 71-72).

É importante frisar que a industrialização do interior cresceu a taxas médias superiores não só às da região metropolitana, mas, sobretudo, às da indústria nacional: em 1970, a participação do interior na indústria nacional que era de 14.6% passou para 17.1%, em 1975, e para 19.8%, em 1980. Assim, o interior do Estado

de São Paulo transformou-se na segunda maior concentração industrial do país, perdendo somente para a região metropolitana (SEADE, 1989).

Mais recentemente, isto é, para 2001 (SEADE, PAEP, 2001), os dados mostram que, malgrado o avanço do setor terciário em todas as regiões do Estado, a indústria ainda é a maior responsável pela adição de valor na economia paulista, chegando a ultrapassar soma dos setores de comércio e de serviços. Em 2001, em termos de pessoal ocupado, temos a seguinte distribuição percentual: indústria, 26.85%; comércio, 26.86%, e serviços, 46.29%. No entanto, em termos de valor adicionado, os dados são: indústria, 52.17%; comércio, 8.97% e serviços, 38.86%. A participação do setor de serviços no emprego é notável: responde por quase metade do pessoal ocupado do conjunto dos três setores (indústria, comércio e serviços), além de seu valor adicionado, embora inferior ao da indústria, ser bastante significativo, representando pouco mais de 38% desse total.

Outra característica importante do desenvolvimento econômico paulista é a interdependência dos setores que se integram e se complementam num grau mais elevado do que o de outras regiões do país. A parcela do setor de serviços mais desenvolvida tanto em termos de ocupação de pessoal quanto de agregação de valor, é a complementar à indústria. Em seguida, vem o segmento de transporte e, finalmente, os serviços técnicos às empresas, à saúde e às telecomunicações. Além dessa interdependência pôde-se constatar também uma elevada complexidade tecnológica da estrutura produtiva industrial paulista (SEADE, PAEP, 2001).

A característica mais marcante do setor terciário da economia paulista é a sua grande heterogeneidade. Podemos identificar três ti-

pos fundamentais de serviços: um deles correspondente à demanda das empresas que precisam, principalmente, modernizar sua estrutura produtiva por meio das telecomunicações e informática. O segundo tipo de serviços atende ao consumo final das pessoas, como atividades de alojamento e alimentação, de lazer e cultura. O terceiro refere-se às solicitações provenientes das políticas públicas ou governamentais, sobretudo, no âmbito das atividades sociais, como saúde e educação, e no de infra-estrutura: transportes, energia, gás, água e esgoto, limpeza pública etc. (SEADE, PAEP, 2001).

O leitor atento, ao cruzar essa evolução econômica com o crescimento das instituições de ensino superior nas grandes e médias cidades do Estado, encontrará nítidas correspondências, quantitativas e qualitativas (número e tipo de cursos). Por exemplo, nos anos 1960, o aumento do número de instituições foi considerável: enquanto na década anterior surgiu apenas uma nova instituição, de 1963 a 1969, foram criadas 31 instituições e, na década de 70, surgiram 51. Nos anos 80, o número de novas instituições foi relativamente pequeno (32), devido ao Decreto no. 86.000, de maio de 1981,

que proibiu a abertura de novos cursos superiores. Essa proibição terminou em setembro de 1985. Esse Decreto sinalizava uma preocupação com a política existente de facilitação do credenciamento. Nos últimos 15 anos é que se deu um novo e mais vigoroso surto de instituições de ensino superior no Estado: 346, sendo a maioria da iniciativa privada (Tabela 1).

O crescimento vegetativo da população é, sem dúvida, um fator responsável pelo crescimento das matrículas e das instituições de ensino superior, mas não o único. De fato, enquanto nas décadas de 1950 a 1970 houve um considerável aumento progressivo da população, de 1980 a 2000, esse crescimento foi comparativamente menor em relação ao do ensino superior. Entre os outros fatores que justificam essa ascensão estão o desenvolvimento do ensino médio e a reestruturação econômica que causou desemprego, levando à exigência, frequentemente abusiva, de diplomas. É bem verdade que o desenvolvimento econômico não se fez sem diversas crises, até mesmo devido à característica fundamental do nosso crescimento industrial, retardatário e dependente. De toda forma, a estrutura ocupacional ampliou-se e di-

Tabela 1: Instituições de Ensino Superior no Estado de São Paulo
Classificação por Categoria Administrativa e Seqüência Cronológica

	34-51	52-62	63-69	70-76	81-89	90-99	00-05	Total
Instituições Públicas	4	4	11	7	4	11	7	48
Federais	2	0	1	0	0	1	0	4
Estaduais	1	1	3	3	2	5	6	21
Municipais	1	3	7	4	2	5	1	23
Instituições Privadas	9	10	34	89	28	119	209	498
Confessionais - Filantrópicas	2	1	2	7	3	3	4	22
Laicas Filantrópicas	5	4	8	25	6	11	15	74
Particulares em Sentido Estrito	2	5	24	57	19	105	190	402
Total Geral	13	14	45	96	32	130	216	546

Fonte: ???????XX

versificou-se tanto na capital quanto no interior. Nas últimas décadas, essa estrutura prosseguiu sua marcha ascensional, elevando também os níveis de complexidade. Um traço especial é representado pelo aumento da utilização da informática e seus desdobramentos em todos os setores da vida atual. Para concorrer a um posto nessa estrutura ocupacional, que envolve desde a agricultura mecanizada, quimificada, até a agroindústria, a indústria propriamente dita, e o setor de serviços, comunicações, transporte, comércio, bancos, seguradoras, administração pública e privada, saúde, lazer, cultura, educação e ensino, o diploma aparece como requisito indispensável (Tabela 2).

Tabela 2: Evolução da população do Estado de São Paulo - 1920 – 2000

Ano		População
1920	>	4.592.188
1930	>	...
1940	>	7.180.316
1950	>	9.134.423
1960	>	12.809.231
1970	>	17.670.013
1980	>	24.953.238
1990	>	30.783.108
2000	>	36.909.200

*Nessa década, não foi realizado o censo populacional.
Fonte: <www.seade.gov.br>.

Também não se pode esquecer de que toda a criação de escola (especialmente a pública) e sua localização envolvem relações de poder, ou seja, da política. Na República Velha, o objeto do desejo das elites locais e, portanto, da barganha política eram os grupos escolares e as escolas normais. Nos anos 1930 e 1940, são os ginásios e as escolas técnicas. A partir dos anos 1960, serão as faculdades de filosofia, onde estudarão também as moças de “boas famílias”.

Mais tarde, nas duas décadas seguintes, escolas isoladas não mais satisfazem e, assim, criam-se, no Estado, centros universitários e universidades, algumas públicas e inúmeras particulares.

4 O desenvolvimento do ensino superior

A relação do ensino superior com o desenvolvimento econômico-social permite distinguir três tipos de instituições: as “orgânicas” – faculdades e cursos – que surgem de determinadas necessidades práticas e desaparecem quando essas mudam; as “tradicionais” – faculdades e cursos – que mantêm com o desenvolvimento econômico uma relação indireta, perdurando em todas as fases econômicas, e um terceiro tipo, que chamaríamos de “mistas” – orgânico-tradicional – pois abrigam cursos tradicionais e orgânicos.

O estudo de Helena Sampaio sobre o ensino superior faz essa mesma distinção, com outras palavras. A autora menciona as “carreiras tradicionais”: farmácia, medicina, odontologia, música, filosofia, direito, medicina veterinária, biblioteconomia, ciências sociais, engenharia, ciências econômicas, agronomia, serviço social, física, química, geografia, história, química industrial, geologia, letras, matemática, economia doméstica, enfermagem e obstetrícia e comunicação social; as “carreiras modernas”: arquitetura e urbanismo, pedagogia, ciências biológicas, educação física, ciências contábeis, psicologia, administração, educação artística, estudos sociais, nutrição, magistério de ciências e estatísticas; cursos mais recentes: engenharia florestal, comunicação visual, artes práticas (licenciatura de primeiro grau em artes industriais, educação para o lar, técnicas agrícolas e comerciais), tu-

risimo, desenho industrial, zootecnia, formação de professores do currículo especial do ensino médio, terapia ocupacional, construção civil, fisioterapia, fonoaudiologia, secretário executivo, processamento de dados e ciência da computação (SAMPAIO, 2000).

Essa lista poderia ser ampliada, pois novos cursos são criados, a cada ano, e alguns, extintos, enquanto os tradicionais se transformam. Isso não ocorre, de forma arbitrária, mas tem relação com as necessidades práticas da sociedade, isto é, a sobrevivência financeira e os interesses políticos.

Sabemos que o ensino superior no Estado de São Paulo surgiu e estruturou-se, inicialmente, segundo o modelo implantado por D. João VI, basicamente dual: poucas escolas de qualidade, diretamente planejadas e geridas pelo Estado, destinadas à elite e, ocupando o segundo plano na escala de prestígio social, como resultado de pressões sociopolíticas dos estratos médios, uma grande constelação de escolas superiores, privadas ou “comunitárias”.

O primeiro curso superior, criado em São Paulo ainda nos tempos imperiais, foi a Faculdade de Direito (1827) mantida pela União. No fim do século XIX, foram criadas a Escola Politécnica (1894) e a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba (1899). No âmbito do ensino particular, surgiram a Escola de Farmácia e Odontologia (1899) e a Escola de Engenharia do Mackenzie (1891).

Nas primeiras décadas do século XX, foram criadas a Escola de Medicina (1912) – pública – e as particulares Faculdade de Filosofia São Bento (1908), Faculdade de Medicina Veterinária (1928), Faculdade de Filosofia “Sedes Sapientiae” (1933), a Escola Livre de Sociologia e Política (1933) e a Escola Paulista

de Medicina (1933), atual Universidade Federal do Estado de São Paulo (Unifesp).

Nesse contexto, em 1934, quando foi criada a Universidade de São Paulo (USP) havia, na cidade de São Paulo, dez escolas superiores, sendo cinco públicas e cinco particulares, e uma no interior (Piracicaba). Ao ser fundada, a USP, seguindo o padrão brasileiro de criação de universidades, incorporou as faculdades existentes – Direito, Politécnica, Medicina, a Escola de Agricultura Luiz de Queiroz (Piracicaba) e a Medicina Veterinária, dando origem a uma nova escola, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Conceber a criação da USP apenas pela ótica das faculdades e institutos que a compuseram, equivaleria a empobrecer a análise, ainda que essas faculdades formassem a elite dos profissionais liberais em direito, engenharia e medicina. Na verdade, o ideal que movia os criadores da USP, Júlio de Mesquita Filho (do jornal *O Estado de S. Paulo*), Armando de Salles Oliveira e outros, foi a concepção de universidade “[...] como um autêntico centro intelectual e ético que irradiaria de seu seio as forças espirituais capazes de renovar incessantemente as energias do país” (ORSO, 2003, p. 206). Vários elementos, portanto, estavam presentes no movimento político-cultural de criação da USP, primeira universidade do Estado. Um deles era o desejo de que São Paulo exercesse uma verdadeira direção nacional; outro, o desfecho desfavorável da Revolução de 1932, que forçou as lideranças paulistas a abandonar a veleidade da dominação nacional, sublimando-a na vontade da direção cultural. Vencidos na Revolução de 32, era preciso “[...] restaurar-se na plenitude o prestígio de São Paulo [...]”, nas palavras de Armando de Salles Oliveira. (ORSO, 2003, p. 208).

No fim dos anos 1940, o governo do Estado iniciou uma política de interiorização da universidade, criando, em 1948, a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, a Escola de Engenharia de São Carlos, ambas pertencentes à USP, e a Faculdade de Direito de Campinas, jamais implantada. Observe-se que essas instituições tiveram um grande desenvolvimento, alcançando renome nacional e internacional. Com essas iniciativas do governo estadual, o interior passou a contar com duas novas faculdades de prestígio social. Os dois núcleos de escolas superiores, um que concentrava as carreiras mais prestigiadas socialmente, planejado pelo Estado, e o outro, formado por escolas isoladas, em sua maioria particulares, cresceram de forma diferente a partir dos anos 1950, o primeiro, de forma controlada, e o segundo, de modo intenso e desordenado.

A década de 1950 viu surgir não só a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP) (1955), mas também inúmeras faculdades isoladas, particulares e, principalmente, as seis primeiras Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, institutos isolados de ensino superior, criados e mantidos pelo governo estadual e que, em conjunto com outros criados posteriormente, viriam a compor, em 1976, a Universidade Estadual Paulista (Unesp), a terceira universidade pública estadual paulista. No período de 1950 a 1961, foram criadas 42 faculdades não-estaduais, sendo 22 na capital e 20 no interior. Na década de 1960, foi criada outra grande universidade estadual, a Universidade de Campinas (Unicamp) (1966). As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pela política educacional dos governos militares, em resposta às pressões do movimento estudantil por mais verbas e vagas nas universidades. Tal política criou a

rede nacional de universidades federais e facilitou o credenciamento de instituições particulares, às quais coube a tarefa de acolher a imensa maioria dos estudantes “excedentes”. O Conselho Federal de Educação (CFE) não somente reconheceu como também autorizou o funcionamento de inúmeras faculdades, sem grandes exigências quanto à qualidade. Como desdobramento dessa política, foi criada, no interior do Estado, a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), localizada no seu centro geográfico.

Na época, a expansão do ensino superior foi muito grande. Se em 1940, por exemplo, de todos os alunos matriculados na primeira série das escolas superiores do Estado, 10,2% estavam em escolas do interior. 25 anos depois, em 1965, essa porcentagem subiu para 50,8%, isto é, quintuplicou (PASTORE, 1971). Daí em diante, o crescimento foi constante. Em 1968, havia, no interior do Estado, 119 estabelecimentos de ensino superior (um federal, 24 estaduais, 20 municipais e 74 particulares) que recebiam, para matrícula inicial, 50.034 estudantes. Em 1975, apenas sete anos depois, havia 324 estabelecimentos (duas federais, 33 estaduais, 25 municipais e 263 particulares) que recebiam para matrícula inicial 207.118 estudantes (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1977).

Em 2003, havia no Estado de São Paulo 475 instituições de ensino superior, sendo 129 na capital e 346 no interior (MEC/INEP/DAES). Quanto às matrículas no ensino superior para os anos de 1992, 1996, 2000 e 2003, temos, respectivamente, 500.713, 608.085, 818.304 e 1.050.054. (MEC/INEP/DAES). Isso significa que, em 11 anos (de 1992 a 2003), o número de estudantes matriculados nas escolas superiores do Estado de São Paulo dobrou.

As Tabelas 3 e 4 mostram o número de instituições de ensino superior públicas e privadas do Estado, em 2004.

Tabela 3: Instituições de Ensino Superior no Estado de São Paulo	
Classificação Oficial	
Instituições públicas	Número de instituições
Federais	4
Estaduais	21
Municipais	23
Total	48
Instituições privadas	Número de instituições
Comunitária – Filantrópica	1
Comunitária – Filantrópica – Filantrópica	3
Comunitária	5
Confessional	6
Confessional – Filantrópica	14
Filantrópica	67
Particular em Sentido Estrito	402
Total	498
Total de Instituições de Ensino Superior no Estado de São Paulo:	546

Fonte: Os autores.

5 Problemas e perspectivas

A tese que permeia este texto é a de que o Estado de São Paulo imprimiu características próprias ao ensino de todos os níveis, particularmente às universidades e ao ensino superior em geral.

A primeira característica é a preocupação com uma política educacional escolar autônoma do poder central. Em outras palavras, a partir da República, e revigorado com a derrota sofrida em 1932, o Estado tomou a iniciativa de criar seu próprio sistema de ensino. Já os re-

Tabela 4: Instituições de Ensino Superior no Estado de São Paulo

Classificação utilizada neste relatório	
Instituições públicas	Número de instituições
Federais	4
Estaduais	21
Municipais	23
Total	48
Instituições privadas	Número de instituições
Confessionais Filantrópicas	22
Laicas Filantrópicas	74
Particulares em Sentido Estrito	402
Total	498

Fonte: Os autores.

publicanos paulistas haviam criado, no fim do século XIX, os Grupos Escolares e as Escolas Normais, que se tornaram inspiração para os demais Estados brasileiros. Na criação do sistema de ensino superior, desde a fundação da USP, em 1934, evidenciou-se ainda mais a aspiração de uma hegemonia cultural nacional.

A segunda característica é a forte relação do ensino superior paulista com o desenvolvimento econômico e tecnológico. Isso fez com que as escolas superiores do Estado enfatizassem um humanismo menos retórico e mais sensível à industrialização. A criação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), como agência financiadora de pesquisas em todas as áreas, é uma concretização emblemática desse objetivo.

Uma última característica, que soa, porém, como crítica, é o desinteresse com que o Estado de São Paulo tratou e trata as instituições de ensino superior particulares, em sentido estrito. Fica evidente o crescimento estrondoso dessas instituições. De 1934 a 1951, as instituições particulares em sentido estrito representavam

15% do total das instituições de ensino superior do Estado; de 1952 a 1962, passaram a 35%; de 1963 a 1969, a 53%; de 1970 a 1976, atingiram 58%; de 1981 a 1989, alcançaram o patamar de 59%; de 1990 a 1999, 80%, e, finalmente, de 2000 a 2005, chegaram a 88%. No cômputo geral, hoje, de um total de 546 instituições de ensino superior, as particulares, em sentido estrito, são 402, isto é, 93%, o que indica que houve um crescimento contínuo e enorme. Tal fato se torna preocupante porque, ao mesmo tempo que o Estado se mostra condescendente com a mercantilização e a banalização do ensino superior privado, renuncia a um controle próprio sobre ele. Pensamos que a solução, para isso, não seria difícil: o Estado de São Paulo poderia acompanhar a criação e o credenciamento dessas instituições, mediante pareceres próprios, e encaminhá-los ao poder central para homologação.

5.1 Universidade e desenvolvimento econômico.

No Estado de São Paulo, a relação universidade e desenvolvimento econômico, sobretudo tecnológico, sempre esteve presente. Se nos anos 1930 e 1950, as escolas superiores traziam a marca da economia cafeeira e da incipiente industrialização, nas últimas décadas, a tecnologia de ponta e o aumento do tempo livre têm determinado a criação de cursos superiores diferentes dos tradicionais, tais como jornalismo, comunicação, imagem e som, computação, turismo, ecologia, hotelaria, design, tecnologia de alimentos etc. A própria idéia dos Parques Tecnológicos surgiu nas universidades paulistas, nos anos 1980, com a colaboração do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Ainda hoje, o Estado defende a idéia de criar quatro gran-

des parques tecnológicos, com focos temáticos, em que universidades ou institutos de pesquisa interajam com empresas privadas. Nesse contexto, Campinas estaria voltada para tecnologia de informação e comunicação; São José dos Campos para tecnologia aeroespacial; São Carlos, biotecnologia, e São Paulo, nanotecnologia e novos materiais.

Entretanto, o debate atual sobre a questão do desenvolvimento sustentável leva-nos a tocar no ponto nevrálgico da crise da universidade, ou seja, a nossa universidade orientou-se até hoje, sobretudo pelo ideal renascentista e iluminista de desenvolvimento, que acredita na possibilidade de a indústria criar uma nova cultura, integrando as artes liberais e as artes mecânicas. Essa tese é contestada, pois grandes traumas nos imobilizam. Constata-se que vivemos numa sociedade de profissionais sem trabalho e na iminência ver os recursos naturais esgotados num futuro próximo. Diante desse quadro, verifica-se que a universidade está despreparada e nota-se que a tentativa de modernizar o desenvolvimento resultou em novas e mais cruéis formas de exclusão e de destruição do planeta. A maioria dos homens não só ficou sem a liberdade do lazer, mas também sem a fadiga do trabalho: simplesmente homens inúteis, excedentes, excluídos. Mesmo os incluídos vivem amedrontados por guerras, violências urbanas, desequilíbrios ecológicos e pela falta de recursos naturais básicos como água, oxigênio, espaço. Além disso, infelizmente, o conceito de desenvolvimento sustentável não está claro, tanto que ainda não foi incorporado aos novos cursos. Por isso, o estudo sobre o desenvolvimento sustentável e a contribuição que a universidade pode dar para que esse processo ocorra é um dos maiores desafios deste novo século.

5.2 Função específica da universidade.

Outro problema que levantamos é a inexistência de uma definição precisa sobre a função da instituição universitária. É ela uma instituição de pesquisa, de ensino ou de extensão de serviços à comunidade? A diversidade de instituições de educação superior, algumas voltadas apenas ao ensino, documentos oficiais e até mesmo a Constituição Federal (1988), no seu artigo 207, comprovam que essas três funções são pensadas e praticadas de forma justaposta. Ainda que se afirme que a relação entre elas é indissolúvel, na prática, são consideradas sobrepostas e, ao mesmo tempo, autônomas.

Do nosso ponto de vista, a universidade só se justifica quando interliga organicamente as três funções citadas, a partir da primeira, que é sua função própria e específica, isto é, a pesquisa.

Nessa perspectiva, toda criação de nova faculdade fundamentar-se-ia num núcleo permanente de pesquisa e, à medida que esses núcleos se multiplicassem, a instituição se tornaria uma universidade. No entanto, se a perspectiva da instituição for o ensino, então será mais adequado desenvolver estruturas educacionais pós-ensino médio.

5.3 Expansão caótica.

Já afirmamos que a expansão do ensino superior em São Paulo foi extraordinária, sobretudo nos últimos anos, de 1990 a 2004, mas de maneira historicamente natural; por isso, a essência da crise não está propriamente nesse crescimento, mas no fato de ter sido caótica, isto é, conseqüência de meros interesses individuais. A expansão adequada é um desdobramento prático de projeto de bem-estar social universal, de médio e longo alcance.

Ressalte-se entre os fatores que determinaram a extraordinária expansão das instituições de ensino superior estão o grande crescimento de concluintes do ensino médio e a crise do emprego.

Hoje, é espontâneo perguntar: todos os concluintes do ensino médio precisam ir para a universidade? Ou seja, o ensino superior deve ser uma continuação do ensino médio, um prolongamento da escola obrigatória? Os novos tempos indicam que, de fato, o ensino superior deve ser aberto a todos os concluintes do ensino médio. Nesse caso, porém, o ensino superior não pode ser pensado como modelo único de universidade, mas como um sistema educacional complexo que comporta vários tipos de instituição.

5.4 Dicotomia público/privado?

A dicotomia público-privado tomaria um sentido diferente se não identificássemos Estado com governo. Para nós, o Estado é a integração das sociedades civil e política; por isso, tudo o que pertence ao Estado é público. Nesse sentido, as expressões “público” e “privado” aplicadas às escolas são inadequadas. Seria mais adequado dizer escolas “governamentais” e “não-governamentais”.

A dicotomia verdadeira e escandalosa se evidencia no âmbito da qualidade acadêmica, não propriamente na esfera jurídico-administrativa. Com efeito, instituições universitárias de elevado padrão de excelência, com grande tradição em pesquisa, convivem ao lado de inúmeras instituições de ínfimo nível acadêmico, sem pesquisa e com um ensino deficiente. Com algumas exceções, essa dicotomia coincide com a distinção administrativa entre público e privado, ou, em termos mais precisos, entre governamentais e não-governamentais. Entretanto,

essa coincidência não é essencial, e sim factual. Se é factual, pode ser superada sem que, necessariamente, todas as particulares se tornem governamentais, pois o simples fato de uma instituição ser governamental não garante sua qualidade, que é decorrente apenas do fato de o Estado ter-se preocupado com ela. O Estado de São Paulo, sem afrontar a Constituição, deveria preocupar-se mais com as instituições particulares de ensino superior de seu território, criando um patamar mais homogêneo e elevado de qualidade.

5.5 Questão financeira

A crítica principal que hoje se faz ao ensino particular é a sua mercantilização. Com efeito, esse serviço, por sua natureza, não pode ser considerado mercadoria porque, em tese, a instituição de ensino superior precisa realizar pesquisas e estudos que não são, necessariamente, vendáveis. Por isso, instituições particulares filantrópicas e auto-sustentáveis são legítimas; as lucrativas, não. Entretanto, sabemos que a universidade é um serviço caro e que, sem recursos, é impossível oferecê-lo com qualidade. Portanto, a questão fundamental é: como ser uma empresa prestadora de serviços de qualidade, sem mercantilizar o ensino? Por outro lado, como evitar o corporativismo que exige recursos sem prestar serviços de qualidade?

Ao se tratar dessas questões, nota-se que o cerne do problema está na avaliação dos resultados das instituições de ensino superior. Pensamos que não se pode dar os recursos sem solicitar resultados nem, mecanicamente, vinculá-los. Por isso, os recursos básicos precisam ser investidos, mesmo correndo riscos, enquanto os complementares devem corresponder a resultados, no caso das públicas. Na instituição

particular, entretanto, deveriam ser, para o cidadão, apenas uma opção.

Superior education and development at São Paulo State

The objective of this work is to study the relationship between socio-economic development and the growth of higher education in the State of São Paulo. The principal thesis is that the State of São Paulo made its own marks on higher education due to its specific economic development. The first mark is autonomy in relation to central power (*non ducor, duco* – I am not led, I lead). The second is the strong relationship with economic and technological development. The third, which sounds like a critique, is the lack of interest (that is, politically self-seeking tolerance) with which the State dealt with for-profit private higher educational institutions principally from the 1990s on. This lack of interest accentuated a dichotomy between universities with high academic standards and strong tradition of research, and institutions of a weak academic level involved only in teaching. With a few exceptions, this dichotomy coincides with the distinction between public and private administration. Such a coincidence, however, is not natural, but rather historical. Without offending the Constitution, the State of São Paulo should concern itself (that is, be more academically rigorous) with private institutions throughout its territory, creating a unified level of quality.

Key words: Development. History. State of São Paulo. University.

Referências

DURHAM, Eunice R.; SAMPAIO, Helena (Org.). *O ensino superior em transformação*. São Paulo: NUPES. 2001.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE. *A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo 1920-1980*. São Paulo: SEADE, 1989. (Economia Paulista, v. 1, n. 1, 2 e 3).

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE – PAEP. São Paulo: SEADE, 2001.

FURTADO, Antônio F. A faculdade interiorana como fruto do moderno bandeirismo cultural. In: *Didática*, v. 5-6, p. 39-44, 1968-1969.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento – Departamento de Estatística. *Ensino de 3º Grau 1975*. (Estudos e Pesquisas 6). 1977. 318 p.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. v. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ORSO, P. J. *Liberalismo, neoliberalismo e educação*. Roque Spencer Maciel de Barros, um ideólogo da burguesia brasileira. Campinas: UNICAMP, 2003.

PASTORE, José. *O Ensino superior em São Paulo: os aspectos quantitativos e qualitativos de sua expansão*. São Paulo: Editora Nacional; Instituto de Pesquisas Econômicas. 1971. v. 3. 222 p.

SAMPAIO, Helena. *Ensino superior no Brasil: o setor privado*. São Paulo: FAPESP/HUCITEC, 2000.

VEIGA, J. E. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. São Paulo: Garamond, 2005.

Anexos

Gráfico 1: Mapa.

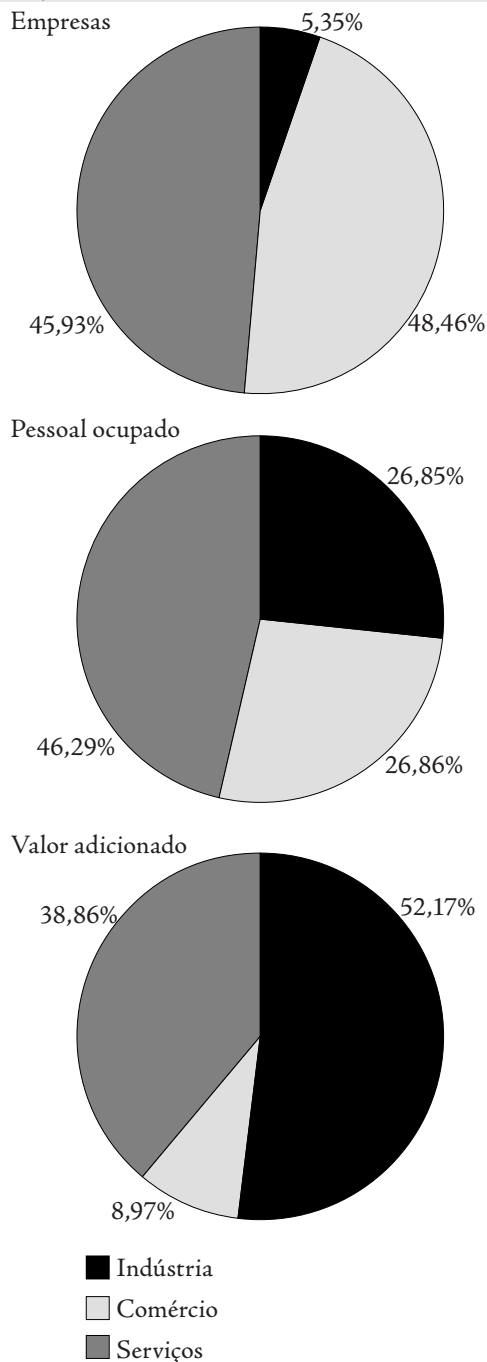
EDUCAÇÃO: EDUCAÇÃO SUPERIOR - ALINHADO Análise Estatística do Ensino de São Paulo 2002

Mapa 1
Matrícula de Educação Superior, segundo Regiões de Governo
Estado de São Paulo
2002



Fonte: Ministério da Educação - MEC/Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais - Inep; Fundação de Estudos Sociais de Araraquã de Ciências - Seade.

Gráfico 2: Distribuição das empresas, do pessoal ocupado e do valor adicionado nos setores industriais, comercial e de serviços. Estado de São Paulo, 2001.



Fonte: Fundação Seade, Pesquisa da Atividade Econômica Paulista (Paep), 2001.

